



Universidade Federal Fluminense

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DE ANGRA DOS REIS

CURSO DE PEDAGOGIA

INDIRA INDA

DIZ O PESSOAL DA ESCOLA QUE ESSE MENINO AÍ É DA CASA ABRIGO:
SOBRE NEGLIGÊNCIA E PRÁTICA PEDAGÓGICA

ANGRA DOS REIS

2014

UFF- UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DE ANGRA DOS REIS
CURSO DE PEDAGOGIA

INDIRA INDA

DIZ O PESSOAL DA ESCOLA QUE ESSE MENINO AÍ É DA CASA ABRIGO:
SOBRE NEGLIGÊNCIA E PRÁTICA PEDAGÓGICA

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Instituto de Educação
de Angra dos Reis como requisito parcial
para a obtenção do grau Licenciatura em
Pedagogia.

ORIENTADOR: Prof. Dr. Anderson Xavier Tibau Gonçalves.

Angra dos Reis

2014

INDIRA INDA

DIZ O PESSOAL DA ESCOLA QUE ESSE MENINO AÍ É DA CASA ABRIGO:
SOBRE NEGLIGÊNCIA E PRÁTICA PEDAGÓGICA

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Instituto de Educação
de Angra dos Reis como requisito parcial
para a obtenção do grau Licenciatura em
Pedagogia.

Aprovada em ____ de _____ de 2014.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Anderson Xavier Tibau Gonçalves. (orientador)

UFF – Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr^a Renata Silva Bergo

UFF – Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Rodrigo Torquato da Silva

UFF – Universidade Federal Fluminense

DEDICATÓRIA

Ao menino franzino dos
olhos verdes, que plantou a
semente que deu origem a
este trabalho. Não sei ao
certo seu paradeiro, mas
torço pra que já saiba
desenhar uma casa e tenha
a sua de verdade...

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, que me carregou no colo durante os 5 anos desta graduação; sua força se fez em mim.

Ao professor-amigo Anderson Tibau, por toda dedicação e paciência. Sua ajuda, calma e compreensão foram essenciais neste processo, você me fez acreditar e eu só tenho a agradecer por tudo.

Aos professores do IEAR no qual tenho muito orgulho em dizer que fui aluna de referências como vocês.

Aos amigos de turma, minha querida turma XIX, por todo carinho e união que nos fizeram chegar até aqui. Juntos somamos e hoje somos mais, muito mais.

Meus pais, por todo incentivo e orgulho que sempre demonstraram ter por mim.

Ao meu namorado por toda compreensão e companheirismo neste processo.

A minha vizinha, que mesmo distante em matéria se fez presente em todo tempo. Essa é mais uma conquista pra senhora.

“Quem cuida protege e quem protege atende a criança em suas necessidades físicas, de alimento, sono, higiene, conforto e prevenção da dor. Mas cuidar é mais do que isso! É acolher a criança, encorajá-la em suas descobertas; é ouvi-la em suas necessidades, desejos e inquietações; é apoiá-la em seus desafios; é dosar as experiências e torná-las mais ao alcance da criança; é interagir com ela reconhecendo-se fonte de informação, de carinho e de afeto; é interpretar o sentido pessoal das suas descobertas e das suas conquistas. Portanto, cuidar é educar. Um binômio inseparável!” (PEDROSA, 2008, p.30).

RESUMO

O texto caracteriza-se pelo gênero textual ensaio. Partindo de uma pesquisa de campo do tipo observação participante buscamos interpretar aspectos da sociabilidade de abrigados enquanto alunos da rede regular de ensino. Abordamos, neste texto, a violência embutida na prática pedagógica em forma de negligência. Em decorrência revelamos as lacunas interinstitucionais entre escola e Casa Abrigo no que tange à responsabilidade. Em virtude da opção metodológica as estratégias para coleta de dados foram entrevistas semiestruturadas, manutenção de diário de campo e pesquisas bibliográfica e documental.

PALAVRAS-CHAVE: sociabilidade, violência, negligência, prática pedagógica.

RESUMEN

El texto se caracteriza por el género ensayo. A partir de una observación participante buscamos interpretar aspectos de la sociabilidad de los internos mientras estudiantes de la escuela regular. Abordamos, en el texto, la violencia de la práctica pedagógica en la forma de negligencia. Busca revelar las brechas entre la escuela y Casa Abrigo en materia de responsabilidad. Las estrategias metodológicas para la recolección de datos fueron entrevistas semi-estructuradas, diario de campo y investigación bibliográfica y documental.

PALAVRAS CLAVE: sociabilidad, violencia, abandono, práctica pedagógica

Diz o pessoal da escola que esse menino aí é da Casa Abrigo: Sobre negligência e prática pedagógica

Indira Inda

Era uma vez...

Uma estagiária no campo, uma pedagoga em formação, um sentimento tamanho... Este texto não pretende marcar profundamente o campo da educação ou desencadear grandes transformações nas práticas pedagógicas.

É, na verdade, um texto simples, pequeno, do tamanho das minhas possibilidades e do meu orientador. Mas importante para minha trajetória pessoal e profissional. Importante enquanto rito de passagem. Importante enquanto ensaio de escrita e reflexão. Importante pela angústia que é concluir um curso. Neste texto busco interpretar a negligência embutida na prática pedagógica.

No trabalho de campo eu e meu orientador optamos pela observação do tipo participante, procedimento metodológico bastante característico das pesquisas qualitativas, em especial das etnografias. Em decorrência, os métodos de coleta de dados utilizados foram entrevistas semiestruturadas, manutenção de diário de campo e pesquisas bibliográfica e documental.

O trabalho de pesquisa objetivou compreender como se dá a sociabilidade escolar de crianças e/ou adolescentes oriundas da Casa Abrigo. Para nós, assim como para Gilberto Velho (2001), sociabilidade é compreendida enquanto interação, referência nos estudos etnográficos.

“A antropologia, por outro lado, faz etnografia e, ao fazê-lo, vai estudar os costumes, o dia-a-dia, o convívio social, as refeições; numa outra dimensão, as festas, os rituais. Ao fazer isso, ela está lidando com as pessoas em interação. Isso é uma coisa que fica cada vez mais clara para mim. A etnografia está descrevendo a interação - segundo certas regras, segundo certos princípios - mas sempre a interação, o encontro das pessoas no seu dia-a-dia, no seu cotidiano. Evidentemente, você também vai lidar com dramas sociais, com crises, com rupturas, mas há um lado da etnografia que é muito colado à descrição do dia-a-dia, do que as pessoas fazem, de como elas se relacionam, conversam umas com as outras, de quais são as regras de precedência, de aproximação, de evitação,

misturadas com seus afetos, emoções, gestos, sociabilidade em geral.” (VELHO, p. 204)

Quem tem medo do lobo mau...



Três porquinhos saíram da casa da sua mãe para construírem, cada um, a sua própria casa e morarem sozinhos. Cícero, o mais preguiçoso, não queria se cansar e construiu uma cabana de palha. Heitor decidiu construir uma cabana de madeira, enquanto Prático optou por construir uma casa melhor estruturada, com cimento e tijolos. Um dia o lobo mau surgiu e bateu na porta da casa de Cícero, que se escondeu. Mas o lobo, com um sopro forte, desfez a casa. Enquanto Cícero fugia, o lobo foi bater na porta de Heitor e, com dois sopros fortes, destruiu também a cabana de madeira. Heitor fugiu para a casa de Prático, onde já se encontrava Cícero. O lobo então foi à casa de Prático e tentou derrubá-la, sem sucesso. Após muitas tentativas, o lobo decidiu esperar a chegada da noite. Quando anoiteceu, o lobo foi tentar entrar na casa descendo pela chaminé, mas começou a sentir cheiro de queimado. Era Prático que, com uma panela estava a queimar a cauda do lobo. O lobo então fugiu assustado, nunca mais voltou e eles viveram felizes para sempre...

A fábula em questão nos leva, não por coincidência, mas por força da circunstância, a pensar sobre negligência familiar e papel da casa/família como lugar relativamente seguro para a criança/adolescente. Mas, por que iniciar essa discussão a partir de uma fábula infantil? Para compreender será necessário visitar o diário de campo das minhas atividades de pesquisa e prática pedagógica.



“Após leitura do clássico Os Três Porquinhos, de Joseph Jacobs, a professora distribuiu folhas e ensinou aos alunos a dobradura dos porquinhos. Em seguida pediu que desenhassem as casas dos porquinhos. Surge o problema de um menino franzino, loiro, dos olhos verdes e que identificarei simplesmente como Franzino:

- Tia eu não sei desenhar uma casa.

- Como não sabe menino? Que coisa! Qualquer criança sabe desenhar uma casa!

Fiquei curiosa com a situação; a professora queixando-se pelos cantos virou-se e disse:

- Diz o pessoal da escola que esse menino aí é da Casa Abrigo.

Franzino abandonado em seu dilema e também em sua tristeza ficou o restante da aula apenas observando as crianças desenharem suas casas...”



A história citada foi extraída do meu diário de campo. Marcou a observação de aula em um dia comum de estágio numa escola da Rede Municipal de Angra dos Reis ao mesmo tempo em que inaugurou minha questão para o TCC. A falta de afeto daquela professora e a fragilidade daquele menino desatendido em sua dificuldade de realizar a tarefa com sucesso despertaram minha curiosidade sobre como crianças e/ou adolescentes provindas da Casa Abrigo eram tratadas na escola. Aquela espécie de “abandono” gerou em mim sentimento de acolhida, de querer fazer algo, de justiça talvez, enfim, um sentimento tamanho, pois, assim como aquela criança tinha uma história a ser considerada, outras se encontravam na mesma situação: em sua realidade íntima e familiar poderia haver indícios de histórico de violência, negação e negligência. Eu não queria ver na escola a continuidade dessas histórias. Então em minha experiência de pesquisa e prática pedagógica nada mais despertava atenção a não ser aquelas crianças, sua situação, a forma como a escola lidava com elas, sua sociabilidade. Seguindo o caminho aberto ao acaso pela atividade motivadora envolvendo contação de história, dobradura e desenho (Figuras. 1) o procedimento de observação da pesquisa sobre a prática pedagógica prosseguiu.

Algumas vezes averiguou-se a equipe pedagógica da escola acolhendo e sendo comedida nas decisões relacionadas às crianças e/ou adolescentes oriundos da Casa Abrigo, mas na maioria dos casos era despreparo, preconceito e falta daquele “algo mais” que os abrigados demonstram carecer. Aos olhos de alguns professores, e até mesmo dos alunos em geral, os abrigados eram caracterizados como crianças fracassadas que vinham de um lugar sem saída, sem perspectivas positivas; esses sentimentos de derrota, fracasso e falta de afeto me incomodavam demais.



Figura 1 - Exposição dos desenhos e dobraduras alusivos à história dos três porquinhos. Ou a negligência embutida nas práticas pedagógicas

No trabalho de pesquisa bibliográfica e documental sobre o tema, compreendi que aquilo que eu presenciava em silêncio no dia-a-dia da escola como observadora e que mobilizou minha emoção poderia se caracterizar como uma espécie de violência contra aquelas crianças e/ou adolescentes, e que algumas literaturas classificam como negligência ou omissão de cuidar. Luci Pfeiffer e Mário Roberto Hirschheimer na ocasião do fórum *Combate à violência contra crianças e adolescentes*¹ esclarecem que:

“[...] o título ‘Omissão do Cuidar’ engloba tanto a forma de negligência social e cultural (proveniente da falta de recursos para o sustento da família) como a advinda da intencionalidade do descuido, da desproteção ou do desafeto que ocorre em todas as classes sócio-culturais [...]”.

¹ Fórum realizado pelo Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do estado de São Paulo e coordenado por Renata Dejtjar Waksman, Médica Pediatra; Doutora em Pediatria pela FMUSP; Presidente do Departamento de Segurança da Criança e do Adolescente da Sociedade Brasileira de Pediatria – SBP; Coordenadora do Núcleo de Estudos da Violência contra Crianças e Adolescentes da Sociedade de Pediatria de São Paulo – SPSP e por Mário Roberto Hirschheimer Médico Pediatra; Supervisor Médico do Hospital Municipal Infantil Menino Jesus; Responsável da UTI do Pronto Socorro Infantil Sabará; Membro do Departamento de Cuidados Hospitalares da Sociedade Brasileira de Pediatria - SBP, Presidente do Departamento de Bioética da Sociedade de Pediatria de São Paulo - SPSP, Membro do Núcleo de Estudos da Violência contra Crianças e Adolescentes da SPSP.

Estaria eu diante de uma situação de violência, de negligência institucional, onde um aluno exposto na sua dificuldade em representar uma casa num desenho, se encontrava intencionalmente desassistido publicamente pela sua professora? Tudo indicava que sim, pois, do ponto de vista pedagógico e da função mediadora da escola os abrigados necessitavam (e continuam necessitando) muito mais que ler e escrever; precisavam mesmo que suas histórias fossem conhecidas e suas dificuldades reconhecidas, afinal traziam com eles, marcados em seus corpos e em suas emoções, desamparo, abandono, descuido, desproteção, desafeto.

Para dimensionarmos o drama dessas e tantas crianças e/ou adolescentes é preciso conhecer mais de perto a prática do acolhimento e delimitar aquilo que a gente vem tratando por violência.

Roberto DaMatta (1981, p. 12) ao analisar as raízes da violência no Brasil a situa “como parte da própria condição humana e da própria vida em sociedade”. Isso porque para ele, a exemplo do sexo, do ódio, da comensalidade e do poder, “não se pode deixar de investigar o conjunto de valores que estão associados a certas formas de violência em sociedades específicas” (ibid). Para Gilberto Velho (2000, p. 56) “a violência, em diversas formas, foi variável fundamental na constituição da sociedade brasileira”. O antropólogo se justifica da seguinte maneira:

“Inegavelmente, formou-se uma sociedade complexa e heterogênea que, a par da dimensão de exploração e iniquidade social, apresentou extraordinárias facetas de rica interação e troca sócio-culturais. As diferentes culturas ameríndias e africanas, mesmo violentadas e fragmentadas, participaram intensamente da formação da sociedade nacional como mostraram, entre outros, Gilberto Freyre (1933) e Sérgio Buarque de Holanda (1958).” (Ibid.)

Assim como Roberto DaMatta e Gilberto Velho, Maria Cecília de Souza Minayo (2010; p. 23) tratando dos conceitos, teorias e tipologias de violência, se refere a ela como um fato humano e social:

“Não se conhece nenhuma sociedade totalmente isenta de violência. Ela consiste no uso da força, do poder e de privilégios para dominar, submeter e provocar danos a outros: indivíduos, grupos e coletividades. Há sociedades mais violentas do que outras, o que evidencia o peso da cultura na forma de solução de conflitos.”

Em todos os casos percebe-se certo relativismo em relação ao conceito de violência. Mas a gente não pode esquecer que independente de algum tipo de positividade em relação à violência, ela causa sofrimento, desespero, óbito. A violência é uma questão social, de justiça, de saúde, de educação. Segundo a Proposta Preliminar de Prevenção e Assistência à Violência Doméstica do Ministério da Saúde (1997; p. 8):

“Pesquisadores que estudam a relação violência-saúde têm definido a violência como um fenômeno gerado nos processos sociais, levando as pessoas, grupos, instituições e sociedades a se agredirem mutuamente, a se dominarem, a tomarem à força a vida, o psiquismo, os bens e/ou o patrimônio alheio.”

Desse modo podemos constatar que as sociedades nos seus mais diversos processos sociais vêm submetendo crianças e/ou adolescentes a variados tipos de violência. Contudo, a violência doméstica tem sido a que mais se tem visto.

De forma simplificada violência doméstica tem se caracterizado pelo uso de força física no relacionamento com a criança e/ou adolescente – violência física, pelo ato ou jogo sexual entre adultos e crianças e/ou adolescentes – violência sexual, pela interferência negativa do adulto sobre a criança e/ou adolescente e sua competência social gerando padrões de comportamento destrutivo – violência psicológica e, por fim, pelo fato da família se omitir em prover as necessidades físicas e emocionais de uma criança e/ou adolescente – negligência.

Esta espécie de tipificação da violência doméstica está relacionada ao fenômeno da violência intrafamiliar, que por sua vez, justifica a intervenção dos chamados órgãos de proteção, isto é, Conselho Tutelar, Juizado da Infância e Juventude, Ministério Público, Programas de Assistência do Governo, etc.

Casa Abrigo

Na época da Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979, ou Código de Menores como ficou conhecida, antes do Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, as instituições para acolhimento de crianças e/ou adolescentes eram orfanatos, educandários e colégios internos. Durante muito tempo essas instituições ficaram conhecidas como espaços isolados socialmente. Atendiam número excessivo de crianças e/ou adolescentes que permaneciam ali até que completassem 18 anos. Não havia o conceito de convivência familiar ou comunitária, trabalho pedagógico.

Hoje o acolhimento é concebido como medida protetora prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente e aplicada nos casos de violação e/ou ameaça dos direitos das crianças e/ou adolescentes. Dentre as modalidades de serviço de acolhimento existem abrigos institucionais, casas lares ou famílias acolhedoras. A principal função desse serviço é oferecer às crianças e/ou adolescentes proteção, criar vínculos de confiança, desenvolver autonomia e criatividade. Para que se atinjam tais objetivos os projetos institucionais pautam-se no olhar individualizado que compreende cada criança/adolescente em sua história, em seu contexto sociocultural.

Um estudo denominado Levantamento Nacional das Crianças e Adolescentes em Serviços de Acolhimento realizado no ano de 2010 pelo Ministério do Desenvolvimento Social em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz mostrou que naquele momento eram 36.929 crianças e/ou adolescentes em situação de acolhimento em todo o Brasil. A maior parcela desses casos, algo em torno de 21.730, concentrava-se na região Sudeste do país. O Instituto Fazendo História, uma organização não governamental fundada em 2005 por grupo de psicólogas envolvidas com a causa das crianças e/ou adolescentes em serviços de acolhimento, revela ainda que no Brasil o motivo mais comum de acolhimento para 37,6% das crianças e/ou adolescentes é a negligência familiar. A negligência também aparece relacionada praticamente à metade dos casos de maus-tratos na infância apresentando, inclusive, maior índice de mortalidade. Dados do Instituto de Psiquiatria do HCFMUSP mostram que no Brasil, entre os anos de 1996 e 2006, 40,7% de um total de 148.040 vítimas tiveram a negligência como forma de violência. O Programa Rede de Proteção a Crianças e Adolescentes em Situação de Risco para a Violência da cidade de Curitiba a negligência figura na maioria das notificações e é responsável por 552 (40,7%) dos registros de 2003 e 1.131 (61,7%) em 2004. Mas isso não pode ser associado apenas à pobreza uma vez que no Registro de Proteção à Criança na Inglaterra também são encontrados números bastante significativos, isto é, para um total de 149.600 vítimas, 40,6% foi negligenciada como forma de violência.

Em Angra dos Reis, cidade com cerca de 170 mil habitantes, não existe orfanato para acolhimento de crianças e/ou adolescentes abandonados e/ou que aguardam decisão judicial. Este papel é desempenhado pela Casa Abrigo da Criança e do Adolescente Roger Agnelli.

Criada em 1995, a Casa Abrigo está localizada na Rua Angra dos Reis, número 200 no bairro Areal. Atende a crianças e jovens de ambos os sexos, na faixa etária entre zero e 17 anos. A capacidade do abrigo é de 48 crianças, atendendo também portadores de necessidades especiais de ordem neurológica, física, sensorial e mental. A principal ocorrência de ordem

neuroológica é a paralisia cerebral. Do ponto de vista físico há casos de paraplegia e membros amputados. Com relação à ordem sensorial ocorrem casos de cegueira, surdez e mudez. A Síndrome de Down é a maior ocorrência de ordem mental.

No momento há 21 crianças e/ou adolescentes em situação de abrigo na Casa que tem seus cômodos divididos em berçário (0 a 5 anos), quartos das crianças de 5 a 12 anos femininos e masculinos e quartos dos adolescentes de 12 a 18 anos também divididos em feminino e masculino, cada quarto tem seu próprio banheiro com dois chuveiros e três sanitários. Na Casa há também a sala de convivência com aparelho de TV, videogame e sofás, o refeitório, o jardim e as salas administrativas.

Os abrigados ajudam na limpeza e organização dos quartos, arrumando suas camas e guardando seus pertences. A equipe da Casa é composta por 41 funcionários divididos em cozinheiras, nutricionista, zeladoras, agentes sociais (que são os educadores sociais; cuidadores, que trabalham em plantões de 24h), auxiliar de enfermagem, coordenadora administrativa, auxiliar administrativa, psicólogas, berçaristas, guarda, motorista e o guardião, que é o responsável pelos abrigados em tudo o que diz respeito a eles.

Na Casa não há pedagogo, professor, nem assistente social. Para uma das psicólogas que atuam ali existe a necessidade urgente desses profissionais e também de outros, tais como antropólogos, em virtude das “questões que norteiam a casa e que vão além das questões culturais”. As duas psicólogas não fazem atendimento clínico, mas executam o que elas chamam de psicologia social: orientam e trabalham o fortalecimento dos vínculos entre as famílias e as crianças. Há também o trabalho com os adolescentes de forma a orientar profissionalmente para o pós-abrigamento. Já as famílias são encaminhadas para instituições como o Centro de Referência da Assistência Social – CRAS e o Centro de Atenção Psicossocial Infantil – CAPSI, além das visitas domiciliares.

A exemplo do que ocorre por todo o Brasil e também no exterior, em Angra dos Reis os principais motivos para o abrigamento são a negligência familiar no que diz respeito a cuidados com saúde e higiene e também aos maus tratos e a violência doméstica. A psicóloga diz que a Casa recebe muitas crianças com problemas graves de saúde, desnutridas, com feridas na cabeça por conta dos piolhos e muitas violentadas (não foi possível discriminar esse quadro de violência) por pais, padrastos/madrastas e outros.

Mas qual a função da Casa Abrigo? Ela foi criada para acolher crianças e adolescentes encaminhados pelo Conselho Tutelar que tiveram seus direitos desatendidos ou violados, seja por uma situação de abandono social, seja pelo risco pessoal a que foram expostos pela negligência de seus genitores. Em sentido estrito, “abrigo” é uma medida de “proteção

especial” prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente e definida como “provisória e excepcional” (ECA, art. 101, parágrafo único). A suspensão do poder familiar, prevista no art. 1.637 do Código Civil, é uma medida menos grave, porque cessados os motivos que a gerou, restabelece-se o poder familiar, e os abrigados são reinseridos em suas famílias de origem, ou ocorre o processo de destituição do poder familiar, uma medida de proteção, para que o desenvolvimento integral, previsto pelo ECA, seja assegurado e desenvolvido, essa é a sanção mais grave aplicada aos pais que faltarem com os deveres em relação aos filhos, e assim o abrigado torna-se apto a adoção. A adoção é um ato judicial irrevogável.

“Art. 1.637. Se o pai, ou a mãe, abusar de sua autoridade, faltando aos deveres a eles inerentes ou arruinando os bens dos filhos, cabe ao juiz, requerendo algum parente, ou o Ministério Público, adotar a medida que lhe pareça reclamada pela segurança do menor e seus haveres, até suspendendo o poder familiar, quando convenha.”

A Casa Abrigo funciona de segunda a domingo, sob a administração da Secretaria Municipal de Ação Social. O objetivo da Casa Abrigo é a inserção familiar, a internação da criança na Casa é o último recurso utilizado. A Casa Abrigo conta, ainda, com o auxílio de voluntários que podem apadrinhar uma criança no período que ela estiver no abrigo e podem ser voluntários no trabalho cotidiano da Casa. A Casa Abrigo, ou simplesmente Abrigo, oferece cuidados diários como alimentação, inclusão na rede regular de ensino, atendimento médico e atendimento às famílias, com intuito de prepará-las para assumir a responsabilidade de seus filhos com afeto, segurança moral e material que necessitam. As crianças encontradas em situação de risco como violência física, psicológica, sexual, negligência, conflito familiar, falta de acesso aos serviços sociais, educacionais, de saúde e etc, assim como nos referimos anteriormente, são levadas para a Casa Abrigo ou entregues a familiares próximas após decisão judicial. Quanto às crianças desabrigadas, essas passam pela avaliação do Conselho Tutelar que, por sua vez, comunica à justiça. Em último caso são levadas para a internação na instituição onde podem passar pelo demorado processo de adoção.

Casa e Escola

As escolas da rede pública recebem alunos heterogêneos, e em meio a todas as dificuldades encontradas nessa pluralidade, encontra-se mais uma: como lidar com alunos abrigados? A rotina escolar dos abrigados, a festa do dia das mães e o Conselho de Classe ganham destaque em minhas observações.

Fragmentos do diário de campo revelam alguns dos aspectos tensos da relação entre escola e seu cotidiano com as necessidades apresentadas pelos abrigados, seja pela via da responsabilidade institucional, seja pelos cuidados exigidos por quem não está inserido no contexto familiar.



“Na escola só é permitida a entrada dos alunos a partir das 12h30min, mas os alunos que residem na Casa Abrigo costumam chegar às 12h00min trazidos pela Kombi da instituição que os deixa no portão e segue para levar as outras crianças para suas escolas. Essa situação é bastante delicada, pois gera olhares de estranhamento por parte das crianças e responsáveis (já presenciei a direção da escola ser questionada sobre o porquê daqueles alunos adentrarem o portão e as outras crianças não). Na ocasião a escola se posicionou explicando que naquele momento eles precisavam protegê-los, que eles diferentemente dos demais não tinham responsável algum para cuidar deles até o sinal da entrada. Estar dentro do pátio da escola naquele momento era como estar na casinha construída de tijolos e cimento. Antes do horário da saída, que é às 17h00min a Kombi passa para algumas crianças, o que gera conflito. Isso é visto como um privilégio, pois param tudo o que estão fazendo e vão embora, já para o professor é um agravante, pois interrompe o trabalho geralmente sem conclusão.”



“Por ocasião do dia das mães percebo a dificuldade da professora (e da escola mesmo) em lidar com a seguinte situação: a aluna/abrigada que demonstrava no decorrer do ano ser uma menina animada, participativa mesmo com todas as dificuldades de aprendizagem, entristeceu-se ao ver a escola toda sendo tocada pelo espírito do dia das mães. A menina se abriu comigo na hora do recreio.

- Tia, hoje eu chorei na sala de aula.

Por quê?

- Estou triste porque todos os meus amigos estão ensaiando a música do dia das mães e a tia falou pra eu cantar, mas eu sei que minha mãe não vem na festa.

Confesso que eu também fiquei sem ação, mas disse que ela poderia vir na festa e cantar para todas as professoras que gostavam muito dela e com um sorriso entristecido só me respondeu:

- Pode ser...

Ao encontrar com a professora comentei sobre o fato e ela me disse que não sabia o que fazer, que não era para a Casa manda-la para a escola “nesses dias” e que ela daria o R\$1,00 da lembrancinha, pois nem isso a Casa mandava.

Passados três dias ocorreu a festa e lá chegou menina, toda produzida e agarrada às mãos de sua “mãe”, que na verdade era uma das agentes sociais da Casa, mas que ela fez questão de apresentar para todos como sua mãe. Cantou, dançou, entregou a lembrancinha e emocionou a professora, que chegou às lágrimas ao ver a alegria daquela menina. Depois da apresentação confessou:

- Eu choro porque tenho pena dela, coitadinha. E hoje está toda feliz entregando a lembrancinha, ainda bem que paguei a dela.”



“Não existe um movimento na escola, na prática pedagógica em prol dos abrigados. O que noto é o discurso arraigado de preconceitos, justificativas e lamentações.

- Ela não consegue aprender de tanto que a mãe bebia, o álcool deve star impregnado na cabecinha dela até hoje, por isso essa dificuldade toda. Eu dou trabalhinhos mais fáceis, mas mesmo assim ela não consegue, eu não sei mais o que fazer coitadinha! Fala uma professora durante a avaliação dos alunos no Conselho de Classe.”



As atitudes demonstradas nestes fragmentos do diário de campo podem ser consideradas também como exemplo de violência, onde palavras e atitudes exercem o poder de negar, oprimir e destruir o outro.

Aquela espécie de regime especial na rotina da escola em relação ao horário de entrada dos abrigados revela a necessidade de entrosamento interinstitucional; parece totalmente inadmissível que “olhares de estranhamento” sejam lançados a essas crianças e/ou adolescentes cuja situação de vida já é tão degradante. A falta de diálogo entre as partes responsáveis acaba propiciando tais desajustes pedagógicos.

É difícil imaginar que os pais não percebam que se trate de cuidado e não de preferência de qualquer ordem.

Professores passaram pelos bancos escolares e aprenderam a valorizar a filiação biológica; não foram preparados em suas famílias e nos cursos de formação para falar sobre adoção ou sobre crianças abrigadas com situação familiar ainda indefinida, portanto carregam

consigo preconceitos e mitos. A escola ainda tem muita dificuldade em usar o Conselho de Classe como momento de criar estratégias de enfrentamento dos problemas do alunado.

O ciclo de rompimentos e negações não termina. Os abrigados que chegam à escola passam por rompimentos com suas famílias, seus próximos e suas escolas de origem, já que a Casa matricula nas escolas da redondeza. Chegar a escola e não ser acolhido, ser olhado com estranhamento é negligenciar mais uma vez o que é de direito, é transformar essas crianças em vítimas da violência estrutural, que descarta informações sobre suas vidas, não leva em consideração toda a sua bagagem e história de vida e pouco compreende essa fase tão peculiar que é a infância e/ou adolescência, quem dirá a infância e/ou adolescência de um abrigado. Mas há que se quebrar esse estigma, para que os abrigados não sigam negligenciados. Ao serem retirados de suas famílias por negligência/violência e irem para a Casa, eles vivem uma proteção com cara de violência, pois ser retirado de seu lar é um ato de violência, mas, deixá-las nas circunstâncias em que vivem é permitir que continuem a sofrer.

Tive que parar...

Assumida a sua impossibilidade a escola torna-se mera reprodutora do contexto social, de tudo o que os abrigados vivem fora dela e que pode ter sido até o motivo dos seus afastamentos de suas famílias: a negligência de muitas faces. Aliás, a escola já recebe abrigados com receio – mistura de medo com preconceito – e negatividade. Diz uma pedagoga sobre uma menina abrigada recém-matriculada: *Vem mais uma criança da Casa, será que vai ser complicada?* Questiono tal descrença e ela responde que não culpa a criança, mas sim a assistência da Casa, que do seu ponto de vista é falha. E continua:

“Eles não são atendidos individualmente, até mesmo com seus pertences e vestuários, pois muitos não realizam as tarefas enviadas, perdem ou não levam os materiais escolares, não vejo um trabalho pedagógico sistematizado para tentar sanar o déficit de aprendizagem que geralmente estas crianças têm. Já vimos muitos usando roupas pequenas, trocadas o que dificulta o trabalho do professor por ter que mediar esses conflitos, que chega a ridicularizar a criança, como foi o caso do menino que chegou na escola com um pé de cada tênis.” [sic]

Essa descrença por parte da escola é extremamente prejudicial, pois dificilmente contribui para o rompimento do mito da incapacidade que vem se perpetuando, e pior, continua a promover o ciclo das oportunidades desiguais. O aluno idealizado e sonhado pela escola não se encaixa no perfil dos abrigados, dos pobres e abrigados. A escola constata a falta

de estrutura mínima psíquica, intelectual e até física dos abrigados, mas faz isso de forma preconceituosa. Quem sabe se não seria para desviar o foco do seu não saber, da sua impossibilidade, da sua incompetência como instituição.

À psicóloga ao ser perguntada sobre as crianças que teve maior contato na pesquisa me respondeu que duas voltaram para suas famílias e uma delas era L, o que me deixou muito feliz. Outros dois foram definitivamente desapropriados das suas famílias e encaminhados à dor da adoção.

A Casa e a equipe técnica da Vara da Infância e Juventude sinalizam o comportamento das famílias e encaminham para o judiciário decidir se terão a guarda ou não. Sobre a reincidência dos casos a psicóloga informou que há muita e diz que em sua maioria as famílias ao receberem a guarda novamente de seus filhos e estarem sob a “vigilância” da justiça, cuidam de seus filhos, mas passado o tempo que estão sob os olhos do Estado, voltam a cometer os crimes que fizeram com que perdessem o direito de cuidá-los.

O menino que não desenhava casa voltou para a sua e espero que não retorne nunca mais para a outra. Fico na plateia desejando o seu sucesso e pensativa ao mesmo tempo: será que daqui pra frente ele conseguirá construir sua casa de tijolos firmes, defender-se dos lobos maus, viver feliz para sempre...

Referências bibliográficas

ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS

Disponível em:

<http://www.amb.com.br/museumdestino/docs/Abrigo_Legal.pdf>. Acesso em: 10 de abril 2014.

BRASIL. Estatuto da criança e do adolescente. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010.

BUFFA, Carolina Gobato; TEIXEIRA, Sueli Cristina de Pauli; ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde. Vivências de exclusão em crianças abrigadas: Universidade de São Paulo – Ribeirão Preto.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Brasília: Senado Federal, 1988.

DaMATTa, Roberto. As raízes da violência no Brasil: reflexões de um antropólogo social. In: PAOLI, Maria Célia; BENEVIDES, Maria Victória; PINHEIRO, Paulo Sérgio & DaMATTa, Roberto. A violência brasileira. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA). Lei Federal n. 8.069/90, 13 de julho de 1990. São Paulo: CBIA – SP, 1990.

INSTITUTO FAZENDO HISTÓRIA

Disponível em:

<http://www.fazendohistoria.org.br/a_realidade/abrigos_no_brasil.php>. Acesso em 13 de abril de 2014.

MINAYO, M. C. S. e ASSIS, S. G. Violência e saúde na infância e adolescência: uma agenda de investigação estratégica. Rio de Janeiro, mai. 1993 (artigo a ser publicado pela revista Cebes).

ORIENTAÇÕES TÉCNICAS PARA OS SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES. 2008.

Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/sedh/conanda/documentos/orienta%C3%A7%C3%B5es_acolhimento_consulta_publica.pdf>. Acesso em: 10 de abril 2014.

ORIONTE, Ivana; SOUZA, Sônia Margarida Gomes. Viver em abrigo: com a palavra, a criança. Pesquisas e Práticas Psicossociais, 2(1), São João del-Rei, Mar./Ag., 2007.

PEDROSA, M. I. Vamos observar cuidadosamente a criança do berçário. In: RAMOS, T. K. G.; ROSA, E. C. S. (Org.). Recife. Prefeitura. Secretaria de Educação, Esporte e Lazer. Diretoria Geral de Ensino e Formação Docente. Os saberes e as falas de bebês e suas professoras. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2008.

SOUZA, Geise; SILVA, Guilherme; BISCONCINI, Karen. Negligência e Abuso Infantil: Avaliação funcional e intervenção analítico-comportamental. Londrina- PR.

Disponível em:

<<http://www.uel.br/grupoestudo/analisedocomportamento/pages/arquivos/ABUSO%20E%20NEGLIGENCIA%20INFANTIL.pdf>>. Acesso em: 13 de abril 2014.

VELHO, Gilberto. O desafio da violência. Estudos Avançados, São Paulo, 14 (39), 2000.

VELHO, Gilberto. Entrevista concedida a concedida em 3 de julho de 2001 a Celso Castro, Lucia Lippi Oliveira e Marieta de Moraes Ferreira.

VELHO, Gilberto. Violência: Uma Perspectiva Antropológica.

Disponível em:

<http://www.sbpcnet.org.br/livro/57ra/programas/conf_simp/textos/gilbertovelho.htm>. Acesso em: 19 de abril 2014.

Violência contra a criança e o adolescente: proposta preliminar de prevenção e assistência á violência doméstica. – Brasília: MS, SASA, 1997.

Disponível em:

<<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/0220violencia.pdf>>. Acesso em: 22 de maio 2014.

WAKSMAN, Renata Dejtiar; HIRSCHHEIMER, Mário Roberto. Combate à Violência Contra Crianças e Adolescentes.

Disponível em:

<http://www.condeca.sp.gov.br/eventos_re/ii_forum_paulista/c8.pdf>. Acesso em: 22 de maio 2014.

Diz o pessoal da escola que esse menino aí é da Casa Abrigo: Sobre negligência e prática pedagógica

Indira Inda

Era uma vez...

Uma estagiária no campo, uma pedagoga em formação, um sentimento tamanho... Este texto não pretende marcar profundamente o campo da educação ou desencadear grandes transformações nas práticas pedagógicas.

É, na verdade, um texto simples, pequeno, do tamanho das minhas possibilidades e do meu orientador. Mas importante para minha trajetória pessoal e profissional. Importante enquanto rito de passagem. Importante enquanto ensaio de escrita e reflexão. Importante pela angústia que é concluir um curso. Neste texto busco interpretar a negligência embutida na prática pedagógica.

No trabalho de campo eu e meu orientador optamos pela observação do tipo participante, procedimento metodológico bastante característico das pesquisas qualitativas, em especial das etnografias. Em decorrência, os métodos de coleta de dados utilizados foram entrevistas semiestruturadas, manutenção de diário de campo e pesquisas bibliográfica e documental.

O trabalho de pesquisa objetivou compreender como se dá a sociabilidade escolar de crianças e/ou adolescentes oriundas da Casa Abrigo. Para nós, assim como para Gilberto Velho (2001), sociabilidade é compreendida enquanto interação, referência nos estudos etnográficos.

“A antropologia, por outro lado, faz etnografia e, ao fazê-lo, vai estudar os costumes, o dia-a-dia, o convívio social, as refeições; numa outra dimensão, as festas, os rituais. Ao fazer isso, ela está lidando com as pessoas em interação. Isso é uma coisa que fica cada vez mais clara para mim. A etnografia está descrevendo a interação - segundo certas regras, segundo certos princípios - mas sempre a interação, o encontro das pessoas no seu dia-a-dia, no seu cotidiano. Evidentemente, você também vai lidar com dramas sociais, com crises, com rupturas, mas há um lado da etnografia que é muito colado à descrição do dia-a-dia, do que as pessoas fazem, de como elas se relacionam, conversam umas com as outras, de quais são as regras de

precedência, de aproximação, de evitação, misturadas com seus afetos, emoções, gestos, sociabilidade em geral.” (VELHO, p. 204)

Quem tem medo do lobo mau...



Três porquinhos saíram da casa da sua mãe para construírem, cada um, a sua própria casa e morarem sozinhos. Cícero, o mais preguiçoso, não queria se cansar e construiu uma cabana de palha. Heitor decidiu construir uma cabana de madeira, enquanto Prático optou por construir uma casa melhor estruturada, com cimento e tijolos. Um dia o lobo mau surgiu e bateu na porta da casa de Cícero, que se escondeu. Mas o lobo, com um sopro forte, desfez a casa. Enquanto Cícero fugia, o lobo foi bater na porta de Heitor e, com dois sopros fortes, destruiu também a cabana de madeira. Heitor fugiu para a casa de Prático, onde já se encontrava Cícero. O lobo então foi à casa de Prático e tentou derrubá-la, sem sucesso. Após muitas tentativas, o lobo decidiu esperar a chegada da noite. Quando anoiteceu, o lobo foi tentar entrar na casa descendo pela chaminé, mas começou a sentir cheiro de queimado. Era Prático que, com uma panela estava a queimar a cauda do lobo. O lobo então fugiu assustado, nunca mais voltou e eles viveram felizes para sempre...

A fábula em questão nos leva, não por coincidência, mas por força da circunstância, a pensar sobre negligência familiar e papel da casa/família como lugar relativamente seguro para a criança/adolescente. Mas, por que iniciar essa discussão a partir de uma fábula infantil? Para compreender será necessário visitar o diário de campo das minhas atividades de pesquisa e prática pedagógica.



“Após leitura do clássico Os Três Porquinhos, de Joseph Jacobs, a professora distribuiu folhas e ensinou aos alunos a dobradura dos porquinhos. Em seguida pediu que desenhassem as casas dos porquinhos. Surge o problema de um menino franzino, loiro, dos olhos verdes e que identificarei simplesmente como Franzino:

- Tia eu não sei desenhar uma casa.

- Como não sabe menino? Que coisa! Qualquer criança sabe desenhar uma casa!

Fiquei curiosa com a situação; a professora queixando-se pelos cantos virou-se e disse:

- Diz o pessoal da escola que esse menino aí é da Casa Abrigo.

Franzino abandonado em seu dilema e também em sua tristeza ficou o restante da aula apenas observando as crianças desenharem suas casas...”



A história citada foi extraída do meu diário de campo. Marcou a observação de aula em um dia comum de estágio numa escola da Rede Municipal de Angra dos Reis ao mesmo tempo em que inaugurou minha questão para o TCC. A falta de afeto daquela professora e a fragilidade daquele menino desatendido em sua dificuldade de realizar a tarefa com sucesso despertaram minha curiosidade sobre como crianças e/ou adolescentes providas da Casa Abrigo eram tratadas na escola. Aquela espécie de “abandono” gerou em mim sentimento de acolhida, de querer fazer algo, de justiça talvez, enfim, um sentimento tamanho, pois, assim como aquela criança tinha uma história a ser considerada, outras se encontravam na mesma situação: em sua realidade íntima e familiar poderia haver indícios de histórico de violência, negação e negligência. Eu não queria ver na escola a continuidade dessas histórias. Então em minha experiência de pesquisa e prática pedagógica nada mais despertava atenção a não ser aquelas crianças, sua situação, a forma como a escola lidava com elas, sua sociabilidade. Seguindo o caminho aberto ao acaso pela atividade motivadora envolvendo contação de história, dobradura e desenho (Figuras. 1) o procedimento de observação da pesquisa sobre a prática pedagógica prosseguiu.

Algumas vezes averiguou-se a equipe pedagógica da escola acolhendo e sendo comedida nas decisões relacionadas às crianças e/ou adolescentes oriundos da Casa Abrigo, mas na maioria dos casos era despreparo, preconceito e falta daquele “algo mais” que os abrigados demonstram carecer. Aos olhos de alguns professores, e até mesmo dos alunos em geral, os abrigados eram caracterizados como crianças fracassadas que vinham de um lugar sem saída, sem perspectivas positivas; esses sentimentos de derrota, fracasso e falta de afeto me incomodavam demais.



Figura 1 - Exposição dos desenhos e dobraduras alusivos à história dos três porquinhos. Ou a negligência embutida nas práticas pedagógicas

No trabalho de pesquisa bibliográfica e documental sobre o tema, compreendi que aquilo que eu presenciava em silêncio no dia-a-dia da escola como observadora e que mobilizou minha emoção poderia se caracterizar como uma espécie de violência contra aquelas crianças e/ou adolescentes, e que algumas literaturas classificam como negligência ou omissão de cuidar. Luci Pfeiffer e Mário Roberto Hirschheimer na ocasião do fórum *Combate à violência contra crianças e adolescentes*¹ esclarecem que:

“[...] o título ‘Omissão do Cuidar’ engloba tanto a forma de negligência social e cultural (proveniente da falta de recursos para o sustento da família) como a advinda da intencionalidade do descuido, da desproteção ou do desafeto que ocorre em todas as classes sócio-culturais [...]”.

¹ Fórum realizado pelo Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do estado de São Paulo e coordenado por Renata Dejtiar Waksman, Médica Pediatra; Doutora em Pediatria pela FMUSP; Presidente do Departamento de Segurança da Criança e do Adolescente da Sociedade Brasileira de Pediatria – SBP; Coordenadora do Núcleo de Estudos da Violência contra Crianças e Adolescentes da Sociedade de Pediatria de São Paulo – SPSP e por Mário Roberto Hirschheimer Médico Pediatra; Supervisor Médico do Hospital Municipal Infantil Menino Jesus; Responsável da UTI do Pronto Socorro Infantil Sabará; Membro do Departamento de Cuidados Hospitalares da Sociedade Brasileira de Pediatria - SBP, Presidente do Departamento de Bioética da Sociedade de Pediatria de São Paulo - SPSP, Membro do Núcleo de Estudos da Violência contra Crianças e Adolescentes da SPSP.

Estaria eu diante de uma situação de violência, de negligência institucional, onde um aluno exposto na sua dificuldade em representar uma casa num desenho, se encontrava intencionalmente desassistido publicamente pela sua professora? Tudo indicava que sim, pois, do ponto de vista pedagógico e da função mediadora da escola os abrigados necessitavam (e continuam necessitando) muito mais que ler e escrever; precisavam mesmo que suas histórias fossem conhecidas e suas dificuldades reconhecidas, afinal traziam com eles, marcados em seus corpos e em suas emoções, desamparo, abandono, descuido, desproteção, desafeto.

Para dimensionarmos o drama dessas e tantas crianças e/ou adolescentes é preciso conhecer mais de perto a prática do acolhimento e delimitar aquilo que a gente vem tratando por violência.

Roberto DaMatta (1981, p. 12) ao analisar as raízes da violência no Brasil a situa “como parte da própria condição humana e da própria vida em sociedade”. Isso porque para ele, a exemplo do sexo, do ódio, da comensalidade e do poder, “não se pode deixar de investigar o conjunto de valores que estão associados a certas formas de violência em sociedades específicas” (ibid). Para Gilberto Velho (2000, p. 56) “a violência, em diversas formas, foi variável fundamental na constituição da sociedade brasileira”. O antropólogo se justifica da seguinte maneira:

“Inegavelmente, formou-se uma sociedade complexa e heterogênea que, a par da dimensão de exploração e iniquidade social, apresentou extraordinárias facetas de rica interação e troca sócio-culturais. As diferentes culturas ameríndias e africanas, mesmo violentadas e fragmentadas, participaram intensamente da formação da sociedade nacional como mostraram, entre outros, Gilberto Freyre (1933) e Sérgio Buarque de Holanda (1958).” (Ibid.)

Assim como Roberto DaMatta e Gilberto Velho, Maria Cecília de Souza Minayo (2010; p. 23) tratando dos conceitos, teorias e tipologias de violência, se refere a ela como um fato humano e social:

“Não se conhece nenhuma sociedade totalmente isenta de violência. Ela consiste no uso da força, do poder e de privilégios para dominar, submeter e provocar danos a outros: indivíduos, grupos e coletividades. Há sociedades

mais violentas do que outras, o que evidencia o peso da cultura na forma de solução de conflitos.”

Em todos os casos percebe-se certo relativismo em relação ao conceito de violência. Mas a gente não pode esquecer que independente de algum tipo de positividade em relação à violência, ela causa sofrimento, desespero, óbito. A violência é uma questão social, de justiça, de saúde, de educação. Segundo a Proposta Preliminar de Prevenção e Assistência à Violência Doméstica do Ministério da Saúde (1997; p. 8):

“Pesquisadores que estudam a relação violência-saúde têm definido a violência como um fenômeno gerado nos processos sociais, levando as pessoas, grupos, instituições e sociedades a se agredirem mutuamente, a se dominarem, a tomarem à força a vida, o psiquismo, os bens e/ou o patrimônio alheio.”

Desse modo podemos constatar que as sociedades nos seus mais diversos processos sociais vêm submetendo crianças e/ou adolescentes a variados tipos de violência. Contudo, a violência doméstica tem sido a que mais se tem visto.

De forma simplificada violência doméstica tem se caracterizado pelo uso de força física no relacionamento com a criança e/ou adolescente – violência física, pelo ato ou jogo sexual entre adultos e crianças e/ou adolescentes – violência sexual, pela interferência negativa do adulto sobre a criança e/ou adolescente e sua competência social gerando padrões de comportamento destrutivo – violência psicológica e, por fim, pelo fato da família se omitir em prover as necessidades físicas e emocionais de uma criança e/ou adolescente – negligência.

Esta espécie de tipificação da violência doméstica está relacionada ao fenômeno da violência intrafamiliar, que por sua vez, justifica a intervenção dos chamados órgãos de proteção, isto é, Conselho Tutelar, Juizado da Infância e Juventude, Ministério Público, Programas de Assistência do Governo, etc.

Casa Abrigo

Na época da Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979, ou Código de Menores como ficou conhecida, antes do Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, as instituições para acolhimento de crianças e/ou adolescentes eram orfanatos, educandários e colégios internos. Durante muito tempo essas instituições ficaram

conhecidas como espaços isolados socialmente. Atendiam número excessivo de crianças e/ou adolescentes que permaneciam ali até que completassem 18 anos. Não havia o conceito de convivência familiar ou comunitária, trabalho pedagógico.

Hoje o acolhimento é concebido como medida protetora prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente e aplicada nos casos de violação e/ou ameaça dos direitos das crianças e/ou adolescentes. Dentre as modalidades de serviço de acolhimento existem abrigos institucionais, casas lares ou famílias acolhedoras. A principal função desse serviço é oferecer às crianças e/ou adolescentes proteção, criar vínculos de confiança, desenvolver autonomia e criatividade. Para que se atinjam tais objetivos os projetos institucionais pautam-se no olhar individualizado que compreende cada criança/adolescente em sua história, em seu contexto sociocultural.

Um estudo denominado Levantamento Nacional das Crianças e Adolescentes em Serviços de Acolhimento realizado no ano de 2010 pelo Ministério do Desenvolvimento Social em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz mostrou que naquele momento eram 36.929 crianças e/ou adolescentes em situação de acolhimento em todo o Brasil. A maior parcela desses casos, algo em torno de 21.730, concentrava-se na região Sudeste do país. O Instituto Fazendo História, uma organização não governamental fundada em 2005 por grupo de psicólogas envolvidas com a causa das crianças e/ou adolescentes em serviços de acolhimento, revela ainda que no Brasil o motivo mais comum de acolhimento para 37,6% das crianças e/ou adolescentes é a negligência familiar. A negligência também aparece relacionada praticamente à metade dos casos de maus-tratos na infância apresentando, inclusive, maior índice de mortalidade. Dados do Instituto de Psiquiatria do HCFMUSP mostram que no Brasil, entre os anos de 1996 e 2006, 40,7% de um total de 148.040 vítimas tiveram a negligência como forma de violência. O Programa Rede de Proteção a Crianças e Adolescentes em Situação de Risco para a Violência da cidade de Curitiba a negligência figura na maioria das notificações e é responsável por 552 (40,7%) dos registros de 2003 e 1.131 (61,7%) em 2004. Mas isso não pode ser associado apenas à pobreza uma vez que no Registro de Proteção à Criança na Inglaterra também são encontrados números bastante significativos, isto é, para um total de 149.600 vítimas, 40,6% foi negligenciada como forma de violência.

Em Angra dos Reis, cidade com cerca de 170 mil habitantes, não existe orfanato para acolhimento de crianças e/ou adolescentes abandonados e/ou que aguardam

decisão judicial. Este papel é desempenhado pela Casa Abrigo da Criança e do Adolescente Roger Agnelli.

Criada em 1995, a Casa Abrigo está localizada na Rua Angra dos Reis, número 200 no bairro Areal. Atende a crianças e jovens de ambos os sexos, na faixa etária entre zero e 17 anos. A capacidade do abrigo é de 48 crianças, atendendo também portadores de necessidades especiais de ordem neurológica, física, sensorial e mental. A principal ocorrência de ordem neurológica é a paralisia cerebral. Do ponto de vista físico há casos de paraplegia e membros amputados. Com relação à ordem sensorial ocorrem casos de cegueira, surdez e mudez. A Síndrome de Down é a maior ocorrência de ordem mental.

No momento há 21 crianças e/ou adolescentes em situação de abrigo na Casa que tem seus cômodos divididos em berçário (0 a 5 anos), quartos das crianças de 5 a 12 anos femininos e masculinos e quartos dos adolescentes de 12 a 18 anos também divididos em feminino e masculino, cada quarto tem seu próprio banheiro com dois chuveiros e três sanitários. Na Casa há também a sala de convivência com aparelho de TV, videogame e sofás, o refeitório, o jardim e as salas administrativas.

Os abrigados ajudam na limpeza e organização dos quartos, arrumando suas camas e guardando seus pertences. A equipe da Casa é composta por 41 funcionários divididos em cozinheiras, nutricionista, zeladoras, agentes sociais (que são os educadores sociais; cuidadores, que trabalham em plantões de 24h), auxiliar de enfermagem, coordenadora administrativa, auxiliar administrativa, psicólogas, berçaristas, guarda, motorista e o guardião, que é o responsável pelos abrigados em tudo o que diz respeito a eles.

Na Casa não há pedagogo, professor, nem assistente social. Para uma das psicólogas que atuam ali existe a necessidade urgente desses profissionais e também de outros, tais como antropólogos, em virtude das “questões que norteiam a casa e que vão além das questões culturais”. As duas psicólogas não fazem atendimento clínico, mas executam o que elas chamam de psicologia social: orientam e trabalham o fortalecimento dos vínculos entre as famílias e as crianças. Há também o trabalho com os adolescentes de forma a orientar profissionalmente para o pós-abrigamento. Já as famílias são encaminhadas para instituições como o Centro de Referência da Assistência Social – CRAS e o Centro de Atenção Psicossocial Infantil – CAPSI, além das vistas domiciliares.

A exemplo do que ocorre por todo o Brasil e também no exterior, em Angra dos Reis os principais motivos para o abrigamento são a negligência familiar no que diz

respeito a cuidados com saúde e higiene e também aos maus tratos e a violência doméstica. A psicóloga diz que a Casa recebe muitas crianças com problemas graves de saúde, desnutridas, com feridas na cabeça por conta dos piolhos e muitas violentadas (não foi possível discriminar esse quadro de violência) por pais, padrastos/madrastas e outros.

Mas qual a função da Casa Abrigo? Ela foi criada para acolher crianças e adolescentes encaminhados pelo Conselho Tutelar que tiveram seus direitos desatendidos ou violados, seja por uma situação de abandono social, seja pelo risco pessoal a que foram expostos pela negligência de seus genitores. Em sentido estrito, “abrigo” é uma medida de “proteção especial” prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente e definida como “provisória e excepcional” (ECA, art. 101, parágrafo único). A suspensão do poder familiar, prevista no art. 1.637 do Código Civil, é uma medida menos grave, porque cessados os motivos que a gerou, restabelece-se o poder familiar, e os abrigados são reinseridos em suas famílias de origem, ou ocorre o processo de destituição do poder familiar, uma medida de proteção, para que o desenvolvimento integral, previsto pelo ECA, seja assegurado e desenvolvido, essa é a sanção mais grave aplicada aos pais que faltarem com os deveres em relação aos filhos, e assim o abrigado torna-se apto a adoção. A adoção é um ato judicial irrevogável.

“Art. 1.637. Se o pai, ou a mãe, abusar de sua autoridade, faltando aos deveres a eles inerentes ou arruinando os bens dos filhos, cabe ao juiz, requerendo algum parente, ou o Ministério Público, adotar a medida que lhe pareça reclamada pela segurança do menor e seus haveres, até suspendendo o poder familiar, quando convenha.”

A Casa Abrigo funciona de segunda a domingo, sob a administração da Secretaria Municipal de Ação Social. O objetivo da Casa Abrigo é a inserção familiar, a internação da criança na Casa é o último recurso utilizado. A Casa Abrigo conta, ainda, com o auxílio de voluntários que podem apadrinhar uma criança no período que ela estiver no abrigo e podem ser voluntários no trabalho cotidiano da Casa. A Casa Abrigo, ou simplesmente Abrigo, oferece cuidados diários como alimentação, inclusão na rede regular de ensino, atendimento médico e atendimento às famílias, com intuito de prepará-las para assumir a responsabilidade de seus filhos com afeto, segurança moral e material que necessitam. As crianças encontradas em situação de risco como violência

física, psicológica, sexual, negligência, conflito familiar, falta de acesso aos serviços sociais, educacionais, de saúde e etc, assim como nos referimos anteriormente, são levadas para a Casa Abrigo ou entregues a familiares próximas após decisão judicial. Quanto às crianças desabrigadas, essas passam pela avaliação do Conselho Tutelar que, por sua vez, comunica à justiça. Em último caso são levadas para a internação na instituição onde podem passar pelo demorado processo de adoção.

Casa e Escola

As escolas da rede pública recebem alunos heterogêneos, e em meio a todas as dificuldades encontradas nessa pluralidade, encontra-se mais uma: como lidar com alunos abrigados? A rotina escolar dos abrigados, a festa do dia das mães e o Conselho de Classe ganham destaque em minhas observações.

Fragmentos do diário de campo revelam alguns dos aspectos tensos da relação entre escola e seu cotidiano com as necessidades apresentadas pelos abrigados, seja pela via da responsabilidade institucional, seja pelos cuidados exigidos por quem não está inserido no contexto familiar.



“Na escola só é permitida a entrada dos alunos a partir das 12h30min, mas os alunos que residem na Casa Abrigo costumam chegar às 12h00min trazidos pela Kombi da instituição que os deixa no portão e segue para levar as outras crianças para suas escolas. Essa situação é bastante delicada, pois gera olhares de estranhamento por parte das crianças e responsáveis (já presenciei a direção da escola ser questionada sobre o porquê daqueles alunos adentrarem o portão e as outras crianças não). Na ocasião a escola se posicionou explicando que naquele momento eles precisavam protegê-los, que eles diferentemente dos demais não tinham responsável algum para cuidar deles até o sinal da entrada. Estar dentro do pátio da escola naquele momento era como estar na casinha construída de tijolos e cimento. Antes do horário da saída, que é às 17h00min a Kombi passa para algumas crianças, o que gera conflito. Isso é visto como um privilégio, pois param tudo o que estão fazendo e vão embora, já para o professor é um agravante, pois interrompe o trabalho geralmente sem conclusão.”



“Por ocasião do dia das mães percebo a dificuldade da professora (e da escola mesmo) em lidar com a seguinte situação: a aluna/abrigada que demonstrava no decorrer do

ano ser uma menina animada, participativa mesmo com todas as dificuldades de aprendizagem, entristeceu-se ao ver a escola toda sendo tocada pelo espírito do dia das mães. A menina se abriu comigo na hora do recreio.

- Tia, hoje eu chorei na sala de aula.

Por quê?

- Estou triste porque todos os meus amigos estão ensaiando a música do dia das mães e a tia falou pra eu cantar, mas eu sei que minha mãe não vem na festa.

Confesso que eu também fiquei sem ação, mas disse que ela poderia vir na festa e cantar para todas as professoras que gostavam muito dela e com um sorriso entristecido só me respondeu:

- Pode ser...

Ao encontrar com a professora comentei sobre o fato e ela me disse que não sabia o que fazer, que não era para a Casa manda-la para a escola “nesses dias” e que ela daria o R\$1,00 da lembrancinha, pois nem isso a Casa mandava.

Passados três dias ocorreu a festa e lá chegou menina, toda produzida e agarrada às mãos de sua “mãe”, que na verdade era uma das agentes sociais da Casa, mas que ela fez questão de apresentar para todos como sua mãe. Cantou, dançou, entregou a lembrancinha e emocionou a professora, que chegou às lágrimas ao ver a alegria daquela menina. Depois da apresentação confessou:

- Eu choro porque tenho pena dela, coitadinha. E hoje está toda feliz entregando a lembrancinha, ainda bem que paguei a dela.”



“Não existe um movimento na escola, na prática pedagógica em prol dos abrigados. O que noto é o discurso arraigado de preconceitos, justificativas e lamentações.

- Ela não consegue aprender de tanto que a mãe bebia, o álcool deve star impregnado na cabecinha dela até hoje, por isso essa dificuldade toda. Eu dou trabalhinhos mais fáceis, mas mesmo assim ela não consegue, eu não sei mais o que fazer coitadinha! Fala uma professora durante a avaliação dos alunos no Conselho de Classe.”



As atitudes demonstradas nestes fragmentos do diário de campo podem ser consideradas também como exemplo de violência, onde palavras e atitudes exercem o poder de negar, oprimir e destruir o outro.

Aquela espécie de regime especial na rotina da escola em relação ao horário de entrada dos abrigados revela a necessidade de entrosamento interinstitucional; parece totalmente inadmissível que “olhares de estranhamento” sejam lançados a essas crianças e/ou adolescentes cuja situação de vida já é tão degradante. A falta de diálogo entre as partes responsáveis acaba propiciando tais desajustes pedagógicos.

É difícil imaginar que os pais não percebam que se trate de cuidado e não de preferência de qualquer ordem.

Professores passaram pelos bancos escolares e aprenderam a valorizar a filiação biológica; não foram preparados em suas famílias e nos cursos de formação para falar sobre adoção ou sobre crianças abrigadas com situação familiar ainda indefinida, portanto carregam consigo preconceitos e mitos. A escola ainda tem muita dificuldade em usar o Conselho de Classe como momento de criar estratégias de enfrentamento dos problemas do alunado.

O ciclo de rompimentos e negações não termina. Os abrigados que chegam à escola passam por rompimentos com suas famílias, seus próximos e suas escolas de origem, já que a Casa matricula nas escolas da redondeza. Chegar a escola e não ser acolhido, ser olhado com estranhamento é negligenciar mais uma vez o que é de direito, é transformar essas crianças em vítimas da violência estrutural, que descarta informações sobre suas vidas, não leva em consideração toda a sua bagagem e história de vida e pouco compreende essa fase tão peculiar que é a infância e/ou adolescência, quem dirá a infância e/ou adolescência de um abrigado. Mas há que se quebrar esse estigma, para que os abrigados não sigam negligenciados. Ao serem retirados de suas famílias por negligência/violência e irem para a Casa, eles vivem uma proteção com cara de violência, pois ser retirado de seu lar é um ato de violência, mas, deixá-las nas circunstâncias em que vivem é permitir que continuem a sofrer.

Tive que parar...

Assumida a sua impossibilidade a escola torna-se mera reprodutora do contexto social, de tudo o que os abrigados vivem fora dela e que pode ter sido até o motivo dos seus afastamentos de suas famílias: a negligência de muitas faces. Aliás, a escola já recebe abrigados com receio – mistura de medo com preconceito – e negatividade. Diz uma pedagoga sobre uma menina abrigada recém-matriculada: *Vem mais uma criança da Casa, será que vai ser complicada?* Questiono tal descrença e ela responde que não culpa a criança, mas sim a assistência da Casa, que do seu ponto de vista é falha. E continua:

“Eles não são atendidos individualmente, até mesmo com seus pertences e vestuários, pois muitos não realizam as tarefas enviadas, perdem ou não levam os materiais escolares, não vejo um trabalho pedagógico sistematizado para tentar sanar o déficit de aprendizagem que geralmente estas crianças têm. Já vimos muitos usando roupas pequenas, trocadas o que dificulta o trabalho do professor por ter que mediar esses conflitos, que chega a ridicularizar a criança, como foi o caso do menino que chegou na escola com um pé de cada tênis.” [sic]

Essa descrença por parte da escola é extremamente prejudicial, pois dificilmente contribui para o rompimento do mito da incapacidade que vem se perpetuando, e pior, continua a promover o ciclo das oportunidades desiguais. O aluno idealizado e sonhado pela escola não se encaixa no perfil dos abrigados, dos pobres e abrigados. A escola constata a falta de estrutura mínima psíquica, intelectual e até física dos abrigados, mas faz isso de forma preconceituosa. Quem sabe se não seria para desviar o foco do seu não saber, da sua impossibilidade, da sua incompetência como instituição.

À psicóloga ao ser perguntada sobre as crianças que teve maior contato na pesquisa me respondeu que duas voltaram para suas famílias e uma delas era L, o que me deixou muito feliz. Outros dois foram definitivamente desapropriados das suas famílias e encaminhados à dor da adoção.

A Casa e a equipe técnica da Vara da Infância e Juventude sinalizam o comportamento das famílias e encaminham para o judiciário decidir se terão a guarda ou não. Sobre a reincidência dos casos a psicóloga informou que há muita e diz que em sua maioria as famílias ao receberem a guarda novamente de seus filhos e estarem sob a “vigilância” da justiça, cuidam de seus filhos, mas passado o tempo que estão sob os olhos do Estado, voltam a cometer os crimes que fizeram com que perdessem o direito de cuidá-los.

O menino que não desenhava casa voltou para a sua e espero que não retorne nunca mais para a outra. Fico na plateia desejando o seu sucesso e pensativa ao mesmo tempo: será que daqui pra frente ele conseguirá construir sua casa de tijolos firmes, defender-se dos lobos maus, viver feliz para sempre...

Referências bibliográficas

ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS

Disponível em:

<http://www.amb.com.br/mudeumdestino/docs/Abrigo_Legal.pdf>. Acesso em: 10 de abril 2014.

BRASIL. Estatuto da criança e do adolescente. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010.

BUFFA, Carolina Gobato; TEIXEIRA, Sueli Cristina de Pauli; ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde. Vivências de exclusão em crianças abrigadas: Universidade de São Paulo – Ribeirão Preto.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Brasília: Senado Federal, 1988.

DaMATTA, Roberto. As raízes da violência no Brasil: reflexões de um antropólogo social. In: PAOLI, Maria Célia; BENEVIDES, Maria Victória; PINHEIRO, Paulo Sérgio & DaMATTA, Roberto. A violência brasileira. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA). Lei Federal n. 8.069/90, 13 de julho de 1990. São Paulo: CBIA – SP, 1990.

INSTITUTO FAZENDO HISTÓRIA

Disponível em:

<http://www.fazendohistoria.org.br/a_realidade/abrigos_no_brasil.php>. Acesso em 13 de abril de 2014.

MINAYO, M. C. S. e ASSIS, S. G. Violência e saúde na infância e adolescência: uma agenda de investigação estratégica. Rio de Janeiro, mai. 1993 (artigo a ser publicado pela revista Cebes).

ORIENTAÇÕES TÉCNICAS PARA OS SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES. 2008.

Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/sedh/conanda/documentos/orienta%C3%A7%C3%B5es_acolhimento_consulta_publica.pdf>. Acesso em: 10 de abril 2014.

ORIONTE, Ivana; SOUZA, Sônia Margarida Gomes. Viver em abrigo: com a palavra, a criança. Pesquisas e Práticas Psicossociais, 2(1), São João del-Rei, Mar./Ag., 2007.

SOUZA, Geise; SILVA, Guilherme; BISCONCINI, Karen. Negligência e Abuso Infantil: Avaliação funcional e intervenção analítico-comportamental. Londrina- PR.

Disponível em:

<<http://www.uel.br/grupoestudo/analisedocomportamento/pages/arquivos/ABUSO%20E%20NEGLIGENCIA%20INFANTIL.pdf>>. Acesso em: 13 de abril 2014.

VELHO, Gilberto. O desafio da violência. Estudos Avançados, São Paulo, 14 (39), 2000.

VELHO, Gilberto. Entrevista concedida a concedida em 3 de julho de 2001 a Celso Castro, Lucia Lippi Oliveira e Marieta de Moraes Ferreira.

VELHO, Gilberto. Violência: Uma Perspectiva Antropológica.

Disponível em:

<http://www.sbpcnet.org.br/livro/57ra/programas/conf_simp/textos/gilbertovelho.htm>.

Acesso em:19 de abril 2014.

Violência contra a criança e o adolescente: proposta preliminar de prevenção e assistência á violência doméstica. – Brasília: MS, SASA, 1997.

Disponível em:

<<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/0220violencia.pdf>>. Acesso em: 22 de maio 2014.

WAKSMAN, Renata Dejtiar; HIRSCHHEIMER, Mário Roberto. Combate à Violência Contra Crianças e Adolescentes.

Disponível em:

<http://www.condeca.sp.gov.br/eventos_re/ii_forum_paulista/c8.pdf>. Acesso em: 22 de maio2014.